

Galtia q'rao este p'p'rio sup' a l'oa onij p' como ante d'os de junho de
Qua de ill' d'os q'rao d'os d'os em d'ade de d'ade p'anc d'os p'p'rio onider
enao d'ade p'p'rio h'ua p'p'rio f'ito e assimado p' p' mo. d'ade q'rao. do qual orco
alho. **C**on nom de do d'ade Galtia d'ade como os m'j n'ho e m'j onider d'os p'p'rio e d'ade
a l'ap'los a d'ade a p' m'ho d'ade q' d'ade onij p'p'rio d'ade de d'ade e q' d'ade d'ade d'ade p'p'rio
as m'os no m'j h'ua d'ade q' d'ade onij. e d'ade h'ua de onij p'p'rio f'ito e d'ade d'ade
ulho d'ade h'ua l'ua d'ade a p' p' m'j e assimado no h'ua d'ade d'ade d'ade d'ade d'ade
d'ade p'p'rio e f'azendo l'ua p'p'rio d'ade. Logo e d'ade d'ade onij d'ade q'
opi an e at' p' m'ho d'ade p' os m'j p'p'rio e d'ade q' p' p' m'ho. Como d'ade q' d'ade d'ade
q'rao d'ade onider p' m'ho no d'ade m'os no d'ade no d'ade no d'ade no d'ade no d'ade
d'ade d'ade onider no h'ua d'ade Logo l'ua e p'p'rio d'ade q'rao an e at' p' m'ho
d'ade d'ade onij h'ua p'p'rio de q'rao p'p'rio e d'ade q' p' m'ho. p' m'ho q' d'ade d'ade q' d'ade d'ade
p' p' d'ade m'ho d'ade e onider no f'azendo como as p' m'ho d'ade q'rao e at' p' m'ho
e as p' m'ho d'ade e d'ade onij como d'ade d'ade p' m'ho. e at' p' m'ho de q'rao d'ade q' p'
m'ho no p' m'ho d'ade d'ade Logo l'ua e p'p'rio d'ade f'azendo p' m'ho e at' p' m'ho
p' m'ho d'ade as onij q' d'ade m'ho e at' p' m'ho onij f'azendo no d'ade d'ade no d'ade no
d'ade no m'ho p' m'ho no d'ade onij onider onider p' m'ho no no h'ua d'ade onij
d'ade onij p' m'ho Logo d'ade p'p'rio e l'ua q'rao e at' p' m'ho d'ade p' m'ho onij
d'ade p' m'ho d'ade p' m'ho onij como d'ade d'ade e onij p' m'ho de f'azendo e as p' m'ho
e d'ade onij d'ade de p' m'ho p' m'ho e onij p' m'ho onij esse f'azendo onij d'ade
m'ho m'ho. e at' p' m'ho onij d'ade d'ade f'azendo d'ade onij m'ho d'ade e f'azendo
d'ade onij d'ade e onij p' m'ho d'ade d'ade h'ua q'rao e como d'ade q'rao m'ho
d'ade e onij p' m'ho q' p' m'ho d'ade onij d'ade e f'azendo d'ade e d'ade onij e
onider e d'ade onij as d'ade p' m'ho e l'ua como d'ade onij p' m'ho de q'rao
d'ade onij p' m'ho e d'ade d'ade l'ua e onij p' m'ho p' m'ho e f'azendo e f'azendo p' m'ho
p' m'ho onij as p' m'ho d'ade onij p' m'ho p' m'ho onij d'ade onij e onij p' m'ho
como d'ade p' m'ho. e at' p' m'ho onij d'ade no onij d'ade onij no h'ua onij no p' m'ho
h'ua p' m'ho. f'azendo p' m'ho onij d'ade d'ade d'ade d'ade d'ade d'ade d'ade d'ade d'ade

MARIA DO ROSÁRIO FERREIRA



Pedro de Barcelos e a Escrita da História



estratégias criativas

SUMÁRIO

Prefácio

Quando o passado se adivinha no horizonte <i>José Carlos Ribeiro Miranda</i>	9
---	---

Os caminhos do tempo

Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico	15
O <i>Liber Regum</i> e a ideia de Espanha na obra de Pedro de Barcelos	45
Pedro de Barcelos e Fibonacci: sobre a estrutura original da <i>Crónica de 1344</i>	71

O senhorio da Espanha

A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do <i>Livro de Linhagens</i>	91
«Amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha» Apontamentos sobre o prólogo do <i>Livro de Linhagens</i> do Conde D. Pedro	119
De Najera a Alcalá: Pedro de Barcelos e Juan Nuñez de Lara III	155

O sentido da escrita e a ordem do mundo

Sangue, natura e a ordem do mundo	175
Pedro de Barcelos e a salvação da Espanha	199
O projecto de escrita de Pedro de Barcelos	219

Apêndice

As traduções de castelhano para galego-português e as políticas da língua nos séculos xii-xiv	247
Bibliografia	269
Índice remissivo	287

QUANDO O PASSADO SE ADIVINHA NO HORIZONTE

Os estudos que aqui se publicam oferecem ao leitor um naipe apreciável de características inusuais entre nós. Não se encontrará aqui uma prosa leve e acessível sem esforço, nem se acharão nestas páginas ideias gerais destinadas a arrumar de vez obras literárias que ostentam a veneranda idade de muitas e muitas centenas de anos. Num ambiente universitário que decidiu há décadas, sem qualquer reflexão nem consciência crítica, abolir dos curricula académicos a disciplina filológica, imprescindível para abordar com alguma profundidade qualquer texto antigo — ou seja, alheio à nossa experiência quotidiana —, não deixando dessa disciplina outro vestígio para além de envergonhados títulos destinados às mais escondidas prateleiras, o presente conjunto de ensaios apresenta-se como uma iniciativa estimulante, recheada de novidades com impacto seguro no mundo actual e destinada a propor novos desafios de compreensão do passado. Retomando linhas de inquérito e de investigação que visam prosseguir um trabalho com tradição, mas entretanto descontinuado, e levá-lo até onde é possível, na convicção de que há caminho a percorrer e que vale a pena trilhá-lo, é proposto o retorno a uma das figuras mais marcantes da cultura e da literatura portuguesas, e também da política e da sociedade ibéricas da primeira metade do século XIV: Pedro Afonso, filho natural do rei D. Dinis e terceiro Conde de Barcelos.

Na realidade, trata-se de uma personalidade que sempre esteve presente na memória histórica e historiográfica portuguesa, pela sua associação ao célebre Livro de Linhagens que corre sob a sua autoria, e ao qual, periodicamente, se tem vindo a conferir a devida atenção. E não é menos verdade que o profundo e extenso trabalho de Luís Filipe de Lindley Cintra, realizado em meados do século passado, que devolveu a Dom Pedro Afonso a autoria da Crónica de 1344, contribuiu para que perdurasse facilmente como figura relevante da cultura portuguesa, suscitando, de tempos a tempos, evocações, trabalhos académicos e uma retoma circunstancial do seu nome como marco relevante do discurso oficial sobre a cultura e a literatura

portuguesas, no processo da comemoração cíclica e repetitiva que o caracteriza, sobretudo no tocante aos períodos cronologicamente mais recuados.

Mas por aqui nos quedávamos ainda não havia muito tempo. O trabalho de Cintra ficara sem continuidade, como vem sendo hábito nas instituições universitárias portuguesas no tocante às áreas humanísticas, num procedimento típico dos meios académicos de pequena dimensão, centrados em instituições que cuidam mais da glória que a História lhes conferiu do que, verdadeiramente, daquele objectivo operoso e árduo que é prosseguir a tarefa do aprofundamento do saber e da sua comunicação às gerações mais recentes. Não fora o esforço de alguns académicos exteriores ao espaço português, mas de espírito ibérico – entre os quais é justo que se nomeie, em primeiro lugar, Diego Catalán Menéndez Pidal –, e acreditamos que a tarefa do medievalista dedicado ao estudo daquele intelectual português do séc. XIV teria sido bem mais difícil e, sobretudo, menos produtiva.

Os trabalhos que estão na origem do presente livro escalonam-se num período de pouco mais de dez anos, tendo tido início com um vasto inquérito sobre um tema transversal às culturas ibéricas – a chamada Lenda dos Infantes de Lara –, que originou uma dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, tendo depois prosseguido em direcções diversas, mas todas elas tributárias de um mesmo ponto de partida. Na realidade, muito mais do que uma trama central da literatura épica, aquela lenda revelou ser uma privilegiada porta de entrada na escrita historiográfica e, em termos mais gerais, na produção textual cujo resultado foi a fixação de um vasto e eficaz fresco de representações da sociedade e do tempo no século XIV ibérico.

Esta dimensão não «nacional», mas peninsular, muitas vezes marcada mesmo por uma visão universalista – nos termos em que este conceito é aplicável à cultura europeia da época –, é um dado marcante da escrita do Autor sobre que incidem as atenções. Na realidade, a apropriação hispânica, e mesmo europeia, de que o seu Livro de Linhagens foi sendo alvo desde muito cedo, sempre apontou nesse sentido. Porém, essa dimensão ibérica e transnacional do seu labor de escrita ganhou novo fôlego com a atribuição à sua autoria da Crónica de 1344, já que tal tornava visível, com mais clareza, o modo como um autor português lidava de perto com fontes literárias exteriores ao espaço do reino e, sobretudo, como se inscrevia, com uma extraordinária autoridade e impacto, em problemáticas que não conheciam fronteiras de cultura, já que físicas não as havia então, certamente. Essa ponderação levou igualmente a que

se reavaliasse uma outra obra que, desde o século XIX, se tinha seguramente como de sua autoria, embora desse facto não fossem extraídas consequências de nenhum tipo relativas à natureza desse seu empreendimento. Referimo-nos à sua iniciativa como organizador do mais extenso cancioneiro de poesia trovadoresca galego-portuguesa alguma vez reunido – o Livro de Cantigas mencionado no seu testamento –, secundada ainda pela sua mesma actividade como trovador.

Ora a pesquisa organizada em torno destas linhas de força, realizada em grande medida nas favoráveis condições propiciadas pela colaboração com investigadores de elevada estatura pertencentes a várias universidades europeias – entre os quais é justo destacar o grupo de investigação internacional GDRE/AILP, liderado por Georges Martin e activo entre 2008 e 2012, ao qual a autora pertenceu – constitui o fundamental do conteúdo do presente livro. O ponto de partida é, como não poderá nunca deixar de ser, o olhar filológico na sua múltipla incidência sobre o material linguístico; os suportes físicos que permitiram a difusão e a sobrevivência das obras em questão até aos dias de hoje; e, dimensão do labor filológico facilmente esquecida, a compreensão das circunstâncias epocais que rodearam a escrita. Longe dos seus inícios no coração romântico, e logo positivista, do século XIX, esta última vertente da abordagem filológica sofreu uma deriva construtiva. A emergência, ao longo do século XX, das ciências sociais, combinada com a intensidade da reflexão sobre o fenómeno da linguagem – sobretudo na orientação pragmática, alterou a base epistemológica em que assentava a filologia, permitindo que esta disciplina alargasse o seu campo de observação a domínios inicialmente não contemplados pela noção de autoria.

Está em causa não apenas a voz individual do Autor, mas o modo como ele encara os que lhe são próximos ou afastados, tanto no plano objectivo como afectivo; é, sobretudo, de capital importância o modo como o Autor assume o seu ser social e se insere nas linguagens que partilha, tanto as que herda, como aquelas que dão vida ao mundo institucional em que se move. O olhar filológico do início do século XXI continua e aprofunda a ideia de sobrevivência das obras literárias proporcionada pela teoria da recepção, apoiando-a agora numa extensa abordagem comparatista. De facto, o olhar filológico actual – interiorizando os extraordinários avanços observados na história social – tanto autoriza a compreensão da obra como ponto de confluência de tradições prévias, como auxilia a avaliação da sua posteridade enquanto acto de leitura ou de reprodução intertextual.

O presente livro, na sua agilidade profunda e esclarecedora, é revelador – mais do que qualquer equação conceptual – dos caminhos trilhados na actualidade pela investigação nesta área, sendo de esperar que a sua publicação possa contribuir para que a memória cultural proporcionada pela investigação em torno dos testemunhos específicos do passado – escritos, monumentais, arqueológicos ou outros – não volte a sofrer das amnésias cíclicas que entre nós continuam a ser uma severa ameaça.

José Carlos Ribeiro Miranda
Pergoínho, Janeiro de 2019

OS CAMINHOS DO TEMPO



PEDRO DE BARCELOS

E A REPRESENTAÇÃO

DO PASSADO IBÉRICO*

D. Pedro Afonso, terceiro Conde de Barcelos (c.1285-1354), filho primogénito natural de El-Rei D. Dinis de Portugal, é das figuras a um tempo mais ilustres e mais obscuras da cultura medieval portuguesa. Foi-lhe há muito reconhecida a paternidade de duas extensas e relevantes compilações: um nobiliário¹, que influenciou de forma decisiva a produção genealógica peninsular dos séculos seguintes², e um cancionero trovadoresco³, que permitiu a preservação do acervo poético da manifestação lírica cortês galego-portuguesa, então já em declínio. Obras nascidas de uma actividade de recolha a que os eruditos e estudiosos não parecem ter dado importância suficiente para se interrogarem sobre o sentido que fazia, ou poderia fazer, um tal afã compilatório em âmbito aristocrático peninsular ao avizinham-se os meados do século XIV.

O ano de 1951 veio mudar definitivamente o perfil autoral do Conde de Barcelos, trazendo-o à ribalta da produção historiográfica medieval hispânica.

* Este estudo é a revisão e actualização de «D. Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico», in M.R. FERREIRA (coord.), *O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos Séculos XIII e XIV. Em memória de Diego Catalán* (Cadernos de Literatura Medieval – CLP), Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010, pp. 81-106.

- 1 José MATTOSO, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Edição Crítica*, 2 voll. (*Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série), Lisboa, Academia das Ciências, 1980. Para efeitos de citação, a parte editorial destes volumes será aqui referida como ed. MATTOSO.
- 2 Nas palavras de Manuel Rodrigues LAPA, *Lições de Literatura Portuguesa. Época medieval* (7ª edição), Coimbra, Coimbra Editora, 1977, p. 304, «durante séculos foi o livro mais útil e mais consultado da Península, exceptuada a *Bíblia*».
- 3 Trata-se do chamado *Livro de Cantigas*, mencionado no testamento do Conde de Barcelos para ser legado a Afonso XI de Castela (que nunca o recebeu, pois morreu antes do Conde), e cujo rasto se perdeu, mas que terá servido de base às cópias renascentistas de Angelo Colocci (respectivamente o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, antes *Colocci-Brancuti*, e o *Cancioneiro da Biblioteca Vaticana*). D. Pedro Afonso é autor de algumas das derradeiras composições trovadorescas que aí figuram.

Com efeito, Luís Filipe Lindley Cintra defendeu então ser a *Crónica de 1344* – até então designada, de acordo com a tradição pidaliana, *Segunda Crónica General de España*, e considerada de autoria castelhana – uma obra originalmente redigida em Português, tendo mostrado, além disso, que o seu autor não poderia ter sido senão o Pedro de Barcelos⁴. Porém, o texto original dessa obra estava perdido, dele sobrevivendo apenas uma tradução castelhana, incompleta, em manuscrito do século XV⁵. Na ausência de um testemunho português da versão primitiva, Cintra optou por dar a conhecer, na sua monumental edição crítica intitulada *Crónica Geral de Espanha de 1344*⁶, o texto português de uma refundição anónima, redigida *circa* 1400⁷, que não corresponde na realidade à crónica compilada sob a égide do Conde. A refundição substitui toda a parte inicial do texto atribuível a D. Pedro, que não assenta na progressão cronológica linear típica de anais e crónicas mas numa sucessão de listas de matriz genealógica⁸, por uma versão muito distinta, compatibilizada com a tradição da

- 4 Ver Luís Filipe Lindley CINTRA, *Crónica Geral de Espanha de 1344. Edição crítica do texto português*, Vol. I (Introdução), Lisboa, Academia Portuguesa de História/Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1951, pp. cxxvii-cxc.
- 5 Trata-se do ms. *M*, 2656 da Biblioteca Universitária de Salamanca, com 338 fólios; os foll. 104r-134v do ms. *E*, 8c-II-i da Biblioteca de El Escorial, preservam também um fragmento em castelhano da obra. Para uma descrição actualizada destes testemunhos, ver a introdução a Diego CATALÁN e Maria Soledad de ANDRÉS (ed.), *Edición Crítica del Texto Español de la Crónica de 1344 que Ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, Gredos, Madrid, 1971, pp. lxxiii-lxxiv.
- 6 L.F.L. CINTRA (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344. Edição crítica do texto português*, Voll. II, III, IV, Lisboa, Academia Portuguesa de História/Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1954, 1961, 1990. Estes três volumes são precedidos pela valiosíssima introdução que ocupa todo o Vol. I, acima mencionado. Para efeitos de citação de texto, estes três volumes serão aqui referidos como ed. Cintra.
- 7 Sobre a data da refundição da *Cr1344*, ver CINTRA, *Crónica Geral de Espanha...*, Vol. I, pp. xxxix-xl, e Isabel de Barros DIAS, *Metamorfoses de Babel. A historiografia Ibérica (sécs. XIII-XIV), construções e estratégias textuais*, Lisboa, Gulbenkian/FCT, 2003, pp. 99-105.
- 8 Esta porção da *Crónica de 1344* é chamada «não-cronística» por a sua atípica estrutura ser alheia ao modelo historiográfico alfonsino. CINTRA, *Crónica Geral de Espanha...*, Vol. I, pp. xxxi-xxxvi, e CATALÁN, *Crónica de 1344*, pp. xvi-xvii, xxx e lii, descrevem o seu conteúdo e destacam a importância que os esquemas genealógicos, aplicados à história universal ou local, apresentam em várias das suas passagens. Contudo, essa matriz alternativa, embora marque fortemente o texto, não é suficiente para, por si só, dar conta das perplexificantes repetições de matéria, recuos temporais e reajustamentos espaciais que nele se verificam. O estudo «Pedro de Barcelos e Fibonacci: sobre a estrutura original da Crónica de 1344»,

*Estoria de España*⁹; e reescreve sem grandes modificações narrativas (o que não é equivalente a sem alterações de sentido¹⁰) o remanescente da obra, que se filiava na escola alfonsina desde a redacção original¹¹.

Em 1971, Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés vêm remediar parcialmente este equívoco, ao darem a público o texto da tradução castelhana da redacção original da *Crónica de 1344*, na porção em que a refundição *circa* 1400 a havia mais profundamente desfigurado¹². Porém, por essa altura, a colagem da personalidade literária do Conde de Barcelos ao texto editado por Cintra estava já feita, e, na prática, irá prevalecer na opinião culta portuguesa¹³. Quanto à porção da tradução castelhana da redacção original em que a refundição não introduziu alterações de fundo, permanece ainda inédita na quase totalidade¹⁴,

publicado no presente volume, apresenta uma nova proposta de entendimento dos princípios estruturantes que presidem à selecção e ordenação da matéria historiográfica desta secção inicial tal como o Conde de Barcelos a terá idealizado, e mostra que o mesmo modelo se estende a toda a *Crónica*, deixando assim clara a coerência do plano global.

- 9 Ver CINTRA, *Crónica Geral de Espanha...*, Vol. I, pp. xxxvi-xxxviii.
- 10 Ver as observações sobre os processos de reescrita historiográfica medieval de Inés FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, «Transmisión y metamorfosis. Hacia una tipología de mecanismos evolutivos en los textos medievales», (Lecciones del SEMYR, 5), Salamanca, Sociedad de Estudios Medievales y Renacentistas, 2012.
- 11 Esta porção da crónica teve como fontes principais um testemunho da versão amplificada da *Estoria de España*, entre Ramiro I e Vermudo III, e, subsequentemente, a *Crónica de Castilla* e uma *Crónica Particular de S. Fernando*. Ver CINTRA, *Crónica Geral de Espanha...*, Vol. I, pp. cccx-cccxi, e D. CATALÁN., *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*, Madrid, Gredos, 1962, pp. 305-312, e *id.*, *Crónica de 1344*, pp. xlv-xlix.
- 12 A edição crítica de Catalán e Andrés, datada de 1971 e referida neste estudo como ed. CATALÁN, dá a conhecer os foll. 1r-55v do ms. *M*.
- 13 Afirmação verdadeira mesmo em âmbito universitário, onde tal identificação textual tende a ser em teoria reconhecida como abusiva sem, no entanto, restringir na prática o uso do texto da edição Cintra como representativo da época e do meio próprios de D. Pedro Afonso.
- 14 Em finais de 2015, anos depois da publicação original deste estudo, foi apresentada uma edição integral do texto contido em *M* elaborada por Ingrid VINDEL no âmbito da sua dissertação de doutoramento (disponível em <https://ddd.uab.cat/pub/tesis/2016/hdl_10803_386537/invi1de1.pdf>). O texto de *M* está, pela primeira vez, acessível na sua integralidade. Porém, a edição está eivada de opções editoriais arbitrárias e muito discutíveis do ponto de vista ecdótico, que comprometem a fidedignidade do texto editado. Quanto ao estudo que precede e alicerça a edição, apresentando embora uma revisão exaustiva, e muitas vezes acertada, dos exemplos de colação de testemunhos aduzidos por Cintra no volume

e embora alguns autores façam dela um uso pontual¹⁵, encontra-se virtualmente intocada por estudos específicos¹⁶. Num tal panorama, estamos ainda longe de dispor de um texto que possa considerar-se representativo da *Crónica* de D. Pedro de Barcelos.

Quanto ao *Livro de Linhagens*, os problemas são diferentes, mas igualmente perturbadores para o estabelecimento da autoria. Não oferece dúvida a atribuição ao Conde de uma redacção desta obra produzida entre 1340 e 1344¹⁷. Porém, este nobiliário, tal como nos chegou¹⁸, foi sujeito ao longo do século XIV

introdutório da sua edição da *Crónica Geral de Espanha...*, assenta em pressupostos apriorísticos e desenvolve uma argumentação impressionista, destituída de fundamentação objectiva. A autora demonstra, além disso, uma ignorância total dos avanços no conhecimento do discurso historiográfico de Pedro de Barcelos posteriores aos trabalhos de Diego Catalán, o que a sua escassa bibliografia comprova. Uma apreciação da referida edição ilustrada por casos concretos seria demasiado extensa para poder ser incluída numa nota de rodapé, e deverá ser remetida para recensão autónoma; basta referir aqui que, desde o início ao fim da edição, não há qualquer indicação de fólio que permita localizar em *M* o texto que está a ser transcrito, o que, basicamente, torna a edição inútil no âmbito de qualquer trabalho de investigação com preocupações filológicas.

- 15 Ver Samuel G. ARMISTEAD, *La Tradición Épica de las Mocedades de Rodrigo*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2000, e DIAS, *Metamorfoses...*
- 16 Ressalvando-se alguns episódios de maior vulto transcritos e estudados no contexto de provas académicas (ver M.R. FERREIRA, *A lenda dos Sete Infantes: Arqueologia de um destino épico medieval*, tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005 e Maria Joana GOMES, *As Condessas traidoras e a Terra de Espanha*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. Francisco BAUTISTA, «Genealogías de la materia de Bretaña: del *Liber regum* navarro a Pedro de Barcelos (c. 1200-1350)», *e-Spania* [En ligne], 16 (2013), <<http://journals.openedition.org/e-spania/22632>> e *id.*, «Historia y circulación de noticias en la primera mitad del siglo XIV: las casas reales de Aragón y Francia en la *Crónica de 1344*», *e-Spania* [En ligne], 25 (2016), <<http://journals.openedition.org/e-spania/26177>>, transcreveu e estudou, entretanto, secções específicas da «parte cronística» que não foram retidas pela refundição.
- 17 Ver CINTRA, *Crónica Geral de Espanha...*, pp. clxxxiv-clxxxvi. Investigações mais recentes (ver «Amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha». Apontamentos sobre o prólogo do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro», neste volume) mostram, contudo, que a redacção do prólogo do nobiliário de Pedro de Barcelos deverá ser posterior a 1348.
- 18 Ver MATTOSO, *Livro de Linhagens...*, pp. 9-34, e *id.*, «A transmissão textual dos livros de linhagens», in *id.*, *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 267-283 [276-280].

não apenas a sucessivos acrescentos¹⁹, mas a complexas reformulações, tratadas por António José Saraiva e José Mattoso²⁰, das quais se destaca, pela profundidade da intervenção, a que terá sido levada a cabo *circa* 1380, centrada na linha de descendência Maia/Trastâmara/Pereira, que ocupa o título XXI da obra²¹. Contudo, os limites textuais e ideológicos desta intervenção mantêm-se difusos, e daí advém que muitos dos episódios narrativos mais extensos do nobiliário se encontrem sob suspeita de refundição²². Está, pois, minada a credibilidade da chancela do Conde de Barcelos sobre muitos dos interessantíssimos relatos romanescos presentes no *Livro de Linhagens* que a tradição lhe atribui.

Assim sendo, o D. Pedro de Barcelos tornou-se uma espécie de pai putativo de um conjunto de obras que parecem, de facto, ter surgido por sua iniciativa, mas que, no decorrer do tempo, se terão afastado da redacção inicial, convertendo-se numa amálgama textual refractária a tentativas de interpretação enquanto escrita coerente e culturalmente significativa.

A unidade ideológica da obra do Conde

O que aqui me proponho é apresentar algumas observações que apontam no sentido oposto. Advogar que, quando nos debruçamos criticamente sobre os testemunhos, mais ou menos adulterados, que restam da escrita do Conde, vemos emergir uma personalidade autoral bem definida, conscientemente interventiva e que, mais do que compilar fontes, as reescreve numa perspectiva orientada²³. O que essa personalidade autoral nos deixou não tem nada de

19 Ver António Botelho da Costa VEIGA, «Os Nossos Nobiliários Medievais. Alguns elementos para a cronologia da sua elaboração», *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Série II, 1 (1943), pp. 165-193.

20 Ver, respectivamente, António José SARAIVA, «O autor da narrativa da batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro», *Boletim de Filologia*, 22 (1971), pp. 1-16; MATTOSO, *Livro de Linhagens...*, pp. 7-8, 34-50, e *id.*, «A transmissão textual...», pp. 276-280.

21 Sobre a importância concedida no *Livro de Linhagens* do Conde e suas reformulações a este ramo de entronque feminino na linhagem da Maia, ver Luís KRUS, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Gulbenkian/JNICT, 1994.

22 Ver SARAIVA, «O autor...»; MATTOSO, *Livro de Linhagens...*, pp. 43-44, e *id.*, «A transmissão textual...», pp. 276-277.

23 Por vezes, as manipulações de informação recebida são tão flagrantes, e revelam-se tão conscientes da construção de um novo sentido, que bem poderíamos acrescentar Pedro de Bar-

avulso, de casuístico ou de flutuante; pelo contrário, constitui verdadeiramente uma obra, dotada de uma coerência ideológica profunda e portadora de uma intencionalidade poderosa, apesar das contradições ou paradoxos que surgem por vezes à flor do texto.

Como ponto de partida, é importante ter em mente que D. Pedro Afonso foi, antes de mais, um linhagista – como a atípica porção inicial da redacção primitiva da *Crónica de 1344* não deixa esquecer. Assim, irei focar-me em duas das grandes linhagens ibéricas medievais, a castelhana Casa de Lara e a portuguesa Casa da Maia, mais precisamente na forma como as respectivas origens míticas aparecem representadas nas obras historiográficas atribuídas a Pedro de Barcelos. Neste sentido, usarei, por um lado, o *Livro de Linhagens*, na edição crítica de Mattoso, e, por outro, a *Crónica de 1344*, segundo o manuscrito *M* da BUS²⁴ tendo, como texto supletivo, a *Refundição c. 1400* na edição crítica de Cintra.

O episódio fundacional da linhagem de Lara, a chamada «lenda dos Sete Infantes», encontra-se duplamente presente na obra do Conde, onde comparece no *Livro de Linhagens* e na *Crónica de 1344*. Verificam-se, quer entre essas duas ocorrências, quer relativamente às fixações prévias do mesmo episódio nas sucessivas versões da *Estoria de España* alfonsina, discrepâncias curiosas que, como defendi num trabalho anterior, a análise de fontes não permite esclarecer satisfatoriamente²⁵. Começando pelo nobiliário, a lenda dos Infantes encabeça o título X, dedicado à Casa de Lara. Nesta versão, singulariza-se não tanto pela brevidade, comparável àquela com que comparece na *Crónica Abreviada* de D. Juan Manuel, mas pela profunda alteração de enfoque narrativo relativamente aos restantes testemunhos conhecidos, anteriores ou posteriores, da lenda²⁶. Com

celos à ilustre galeria medieval de historiógrafos «falsários» ibéricos – Lucas de Tuy, Rodrigo de Toledo, Afonso X... – apresentada por Georges MARTIN, «Dans l'atelier des faussaires: Lucas, Rodrigo, Alfonso, Sancho...», *Cahiers de Linguistique et de Civilisation Hispanique Médiévale*, 24 (2001), pp. 279-309.

24 O texto da lenda ocupa aí os foll. 119r-143v.

25 Cintra tentou explicar esta e outras singularidades dos relatos do Conde como fruto de diferenças entre as fontes, algumas das quais não identificáveis, que D. Pedro teria à sua disposição nos dois momentos de escrita, o do nobiliário e o da crónica. Para uma refutação detalhada desta ideia, ver FERREIRA, *A lenda dos Sete Infantes...* (parte I, cap. 3.1).

26 F. BAUTISTA, «Cardena, Pedro de Barcelos y la *Genealogía del Cid*», *e-Spania* [En ligne], 11 (2011), §10-36, <<http://journals.openedition.org/e-spania/20446>>, publicado já depois da versão original deste estudo, assinala algumas coincidências entre o texto presente no *Livro*

rigor, seria mais adequado chamar-lhe «episódio do nascimento de Mudarra González, patriarca da linhagem de Lara», pois é esse o acontecimento que, no *Livro de Linhagens*, orienta o relato. Na sombra, ficam várias personagens a quem a tradição alfonsina dava grande peso no drama da morte dos infantes (Rui Vazquez, D. Lambra, D. Sancha), já que toda a acção se centra aqui nos ascendentes familiares de Mudarra: o seu pai, Gonçalo Gustiuz, e a sua mãe, apresentada como prima do rei mouro Almançor. Outro traço distintivo desta versão é o relevo dado ao mesmo Almançor, que surge como a personalidade mais destacada do episódio, modelo de grandeza, liberalidade e equidade régias.

Pois bem, o parentesco deste rei exemplar com a moura mãe de Mudarra vai ser alterado na fixação da lenda na *Crónica de 1344*. Aí, o Conde retoma no essencial a estrutura narrativa da lenda a que as versões da *Estoria de España* já nos tinham habituado, mas – sem surpresa, se tivermos em conta a reconhecida parcialidade da sua *Crónica* a favor dos Lara²⁷ – substitui o sucinto relato alfonsino dos acontecimentos atinentes a Mudarra por uma extensa parte onde as peripécias conducentes ao seu nascimento misto, a sua infância entre os mouros no reino de Almançor – que é, uma vez mais representado de forma majestosa – e, por fim, as suas aventuras e glória em terra cristã se encontram notavelmente expandidas. Quanto à mãe do herói, não é já na *Crónica* uma mera prima, mas a própria irmã de Almançor; e, num detalhe muito significativo, este, não tendo filhos, vai instituir Mudarra, seu sobrinho avuncular²⁸, em herdeiro de todo o seu reino e riquezas. É de realçar o facto de, na refundição *circa* 1400, a elaborada descrição das entrevistas amorosas entre Gonçalo Gustiuz e a moura surgir muito condensada, sendo, além disso, omitidos ou alterados alguns dos elementos da caracterização valorizante de Almançor que figuram no ms. *M*²⁹.

de Linhagens e um curto relato genealógico sobre os Lara que encontrou numa genealogia do Cid originária de Cardena, sugerindo que o Conde terá tido entre as suas fontes um texto aparentado com esse.

- 27 Ver CINTA, *Crónica Geral de Espanha...*, pp. cxx-cxxv; Julio ESCALONA, «Épica, crónicas y genealogías en torno a la historicidad de la Leyenda de los Infantes de Lara», *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 23 (2000), pp. 113-155 [151, n.1]; e Simon R. DOUBLEDAY, *Los Lara: Nobleza y monarquía en la España medieval*, Madrid, Turner, 2004, pp. 113, 117-118, 167-170.
- 28 Sobre o avunculado, ver José Enrique RUIZ-DOMÉNEC, *La memoria de los feudales*, Barcelona, Argot, 1984, p. 227.
- 29 Ver FERREIRA, *A lenda dos Sete Infantes...* (parte IV, cap. 3; conclusão).

A questão da identidade da moura dá origem ainda, nesta versão da lenda dos Infantes, a um detalhe que constitui uma das mais flagrantes incongruências internas da *Crónica de 1344*: a dupla concepção de Mudarra. Tal como nos textos da tradição alfonsina, a crónica portuguesa refere sucintamente como Gonçalo Gustiuz gera o herói, pouco depois de ser aprisionado, em Córdova, pelo rei Almançor. Nada sugere, nesse excerto, que a moura que o rei destina para a humilde tarefa de servir o cativo cristão, e que virá a ser mãe do filho deste, seja sua parente. Porém, aparentemente esquecido desta circunstância, o redactor relata de novo, e desta vez com grande profusão de detalhes, a concepção do vingador dos Infantes, situando-a agora num momento posterior da narrativa, depois de Gonçalo Gustiuz ter tido a fatídica notícia da morte dos seus sete filhos. Ora, a moura que neste passo figura como mãe de Mudarra é a própria irmã de Almançor, enviada por este, condoído, para consolar o pai dos Infantes, destroçado pelo luto. Isto, com poucos fólios de permeio. Qualquer que possa ter sido a causa próxima deste deslize, denuncia a insegurança de quem compila e redige ao reunir numa mesma sequência narrativa os elementos imperfeitamente compatibilizados de um relato ainda em processo de construção.

Posto isto, retornemos à questão genealógica. Na longa série de fixações historiográficas da matéria lendária dos Sete Infantes iniciada por Afonso X, os escritos do Conde de Barcelos serão os primeiros a mencionar a existência de uma relação de parentesco entre a mãe de Mudarra e Almançor³⁰. Curiosamente, essa relação concretiza-se em laços diferentes nas duas fixações da história de Mudarra que, sucessivamente, D. Pedro Afonso irá patrocinar: de filho de uma prima, o herói passa a filho da irmã do rei mouro. O que poderá então, entre a redacção da lenda no nobiliário e na crónica, ter motivado o estreitamento do parentesco da mãe de Mudarra com Almançor? Estariam ambos os laços familiares consignados em fontes diferentes e que teriam chegado às mãos do Conde separadamente, sendo que aquela que referia o laço familiar mais próximo apenas lhe teria sido acessível após a interrupção do seu labor genealógico, já bem entrada a década de 1340?

30 A versão amplificada da *Estoria de España* não a afirmava, mas continha já os elementos que permitiam deduzi-la, ao referir que Mudarra era parente de Almançor, o que não poderia acontecer senão por parte da mãe.

É uma hipótese possível, claro, mas que se revela fraca, em termos de generalidade e de economia, quer do ponto de vista meramente mecânico de filiação de relatos, quer do ponto de vista hermenêutico. Com efeito, tal hipótese apenas permite explicar um dado isolado, a alteração do parentesco, quando o que aqui está em causa é um conjunto de indícios apontando para um percurso de valorização social e ética da ascendência moura de Mudarra González³¹. Afinal de contas, mesmo na breve forma genealógica da lenda adoptada pelo *Livro de Linhagens*, Almançor era apresentado como uma personagem de estatura superior. A longa narrativa da *Crónica de 1344* mais não faz do que trabalhar textual e ideologicamente, levando-os mais longe, os mesmos elementos valorativos já convocados no nobiliário, tecendo assim imageticamente, nas entrelinhas do texto, uma reconfiguração conciliante da relação, ou de alguns tipos de relação, entre cristãos e mouros peninsulares. Um traço ideológico que se afigura corresponder a uma idiossincrasia do Conde de Barcelos, pois, como foi dito acima, a refundição *circa* 1400 irá rasurá-lo.

Até este momento, lidámos com textos cuja paternidade podemos, de forma fiável, atribuir ao Conde de Barcelos. Vejamos, agora, se a sua obra putativa contém outros elementos que apontem na mesma direcção. Reveladoramente, Mudarra González não é o único filho de moura nobre e pai cristão a quem cabe ser o patriarca de uma linhagem ilustre. No mesmo caso se encontra Alboazar Ramirez, de quem descendem os fidalgos da casa da Maia, segundo o muito reformulado título XXI do *Livro de Linhagens*³². Aí, Alboazar Ramirez é o filho do Rei Ramiro II de Leão e da irmã do rei mouro de Gaia, Alboazar. Friso que se trata do *Livro de Linhagens* do Conde, porque, tal como a lenda dos Sete Infantes, também a lenda de Gaia – um complexo relato de raptos e contra-raptos de mulheres cristãs por homens mouros, e de mulheres mouras por homens cristãos, no qual se ancoram as raízes míticas da família da Maia³³ –

31 Ver FERREIRA, *A lenda dos Sete Infantes...* (parte I, cap. 3.1.2; conclusão).

32 O tal título cuja certa reformulação torna incerta a extensão da autoria do Conde nos relatos romanceados que nele figuram.

33 Ver a este respeito José Carlos Ribeiro MIRANDA, «A “Lenda de Gaia” dos Livros de Linhagens: uma Questão de Literatura?», *Revista da Faculdade de Letras* [da Universidade do Porto] – *Línguas e Literaturas*, II série, 5/2 (1988), pp. 483-515, e M.R. FERREIRA, «Outros Mundos, Outras Fronteiras: Ramiro, Tristão e a divisão da terra de Espanha», *Revista da Faculdade de Letras* [da Universidade do Porto] – *História*, II Série, 15 (1998), pp. 1567-1579.

tinha sido previamente objecto de fixação genealógica no *Livro Velho de Linhagens*, ainda do século XIII³⁴. Ora, nessa versão, nem o rei cristão em causa é inequivocamente Ramiro II, confluindo nele elementos que podem apontar quer para o I quer para o II Ramiro da tradição historiográfica leonesa³⁵, nem a moura de quem ele vem a ter um filho é irmã do rei mouro. Trata-se de uma serviçal que se torna adjuvante de Ramiro quando ele se apresenta no palácio do rei mouro para recuperar a rainha que este, pintado com negras tintas, lhe tinha raptado.

No nobiliário do Conde, porém, não só a mãe de Alboazar Ramirez é a irmã do rei Alboazar, raptada por Ramiro II, como, contradizendo uma vez mais o *Livro Velho*, é sobre o rei cristão que recai o ónus do primeiro rapto, pois apodera-se da irmã do rei mouro antes de este lhe ter raptado a rainha. Abre-se, assim, espaço para uma caracterização valorizante do rei mouro, que surge como um modelo de qualidades, justo e magnânimo, digno irmão da matriarca da linhagem. Este novo relato é, genealogicamente, mais bem conseguido do que o anterior e, apesar de rocambolesco, consegue manter-se narrativamente coerente, o que lhe confere grande eficácia. Com efeito, não só nobilita a moura destinada a ser a matriarca da linhagem da Maia, como resolve satisfatoriamente a questão da acumulação de funções incompatíveis na personagem moura feminina (por um lado, a mulher não guardada que serve o rei cristão em posição

34 Sobre a datação do *Livro Velho*, ver MATTOSO, «A transmissão textual...», pp. 268-273.

35 Sobre a identificação histórica com Ramiro I, «A Introdução à Versão Galego-Portuguesa da *Crónica de Castela* (A2a): fontes e estratégias», in M.R. FERREIRA, A.S. LARANJINHA e J.C.R. MIRANDA (org.), *Seminário Medieval 2007-2008*, Porto, Estratégias Criativas, 2009, pp. 61-97 [83], e *id.* «Do Rex Ranemirus ao Rei Ramiro: emblemas da Heráldica Literária no Ocidente Ibérico entre os finais do séc. XIII e o início do séc. XIV», in J.M. FRADEJAS RUEDA *et. al.* (org.), *Actas del XIII Congreso Internacional de la AHLM. In Memoriam Alan Deyermond*, Vol. I, Valladolid, Ayuntamiento y Universidad, 2010, pp. 161-182. Independentemente disso, o pormenor do corno que o herói toca antes da sua prevista execução, sendo embora habitual nos derivados da conto oriental sobre a infidelidade da mulher do rei Salomão – ver reconstituição da matéria narrativa em Ferreira (1998: 1567-1569) –, como é o caso da lenda de Gaia, não deixa de convocar a personagem de Ramiro II, que a cronística latina recorrentemente associa ao toque deste instrumento guerreiro, e que assim aparece imageticamente inscrita na lenda a partir do momento em que esta é protagonizada por um rei Ramiro. O entrelaçamento entre os dois Ramiros estabelece-se, pois, precocemente neste conto genealógico.

desfavorável em terra de mouros; por outro, a mulher de alta estirpe e impoluta reputação que irá gerar o filho deste).

Como vimos na lenda dos Sete Infantes da *Crónica de 1344*, a dupla funcionalidade da personagem da moura leva Gonçalo Gustios a semear Córdova de bastardos... A narrativa do *Livro de Linhagens* do Conde cinde explicitamente em duas a essa personagem, estabelecendo a existência distinta de uma serviçal e de uma princesa cujas actuações são, no texto, absolutamente disjuntas. Se, aquando da compilação dos materiais a partir dos quais fixou a sua lenda dos Sete Infantes, o Conde conhecesse já esta formulação, é de crer que recorresse a algo semelhante para solucionar a inconsistência narrativa gerada pelos encontros entre Gonçalo Gustios e as mouras que lhe saem ao caminho. A versão da lenda de Gaia presente no título XXI parece, pois, ser posterior ao relato da lenda dos Sete Infantes que encontramos na *Crónica de 1344*. A questão que se põe é de saber a quem atribuir a redacção das origens míticas da Casa da Maia no nobiliário, se ao reformulador de *circa* 1380, como tem sido considerado, se a Pedro de Barcelos, o que implicaria rever a ideia de que a redacção do nobiliário e a da crónica foram sucessivas e disjuntas.

As observações feitas ao longo deste estudo chamam a atenção para o facto de a exaltação das origens da Casa da Maia no *Livro de Linhagens* não ter como base procedimentos narrativos nem pressupostos ideológicos próprios, antes relevando de uma estratégia de fundo, essa sim fortemente idiossincrática, cuja concretização textual abrange pelo menos uma outra linhagem, a de Lara, e que pode ser notada em pontos da obra de D. Pedro Afonso que não sofreram a intervenção dos refundidores. Assim sendo, afigura-se lógico entender as sucessivas versões destas lendas genealógicas como estando inscritas num mesmo *continuum* de elaboração simbólico-narrativa coesa e deliberada. Ora, se as narrativas tiverem evoluído de acordo com um processo iniciado pelo Conde, a probabilidade de que, décadas depois, aqueles que refundiram a sua obra tenham retomado e prosseguido todas as especificidades significativas do processo inicial afigura-se diminuta. De facto, conforme afirmámos acima, no caso concreto da *Crónica de 1344* temos indícios de que foi exactamente o contrário – ou seja, o apagamento dos traços significativos específicos da redacção do Conde – que veio a acontecer na refundição de *circa* 1400. E, por arrasto, esta observação empírica torna pertinente questionar e repensar o conteúdo e os limites da reformulação *circa* 1380 do *Livro de Linhagens*.